



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

007

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE 2025**

**Altera o Código Disciplinar dos Servidores Públicos vinculados à Administração Pública direta, Autárquica e Fundacional do Município de Taboão da Serra (LC 224/2010), e dá providências correlatas.**

**DANIEL PLANA BOGALHO**, Prefeito de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta a Câmara Municipal o seguinte:

Art. 1º a Lei Complementar nº 224/2010 passa a ter a seguinte redação:

**"TÍTULO II – DOS ÓRGÃOS COMPONENTES DA ESTRUTURA DISCIPLINAR**  
**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º**

...

§ 1º O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá ocupar cargo de provimento efetivo e, cumulativamente, ter título de bacharel em Direito e possuir pelo menos 03 (três) anos de efetivo exercício em atividade disciplinar comprovada na Municipalidade.

...

**Art. 8º**

Parágrafo único. Aos integrantes de comissão não permanente é devida a gratificação pelo período de 60 (sessenta) dias para atuar em procedimento disciplinar, independentemente do tempo de sua duração, vedada a acumulação desta gratificação.

**Art 9º**

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das Comissões Processantes terão caráter reservado para a preservação dos direitos do acusado/processado e serão gravadas pela Administração, sendo vedado o uso de celulares pelas partes ou qualquer tipo de



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

aparelho eletrônico durante a sua realização, devendo estes serem obrigatoriamente desligados e recolhidos antes do início, sob pena de cancelamento e preclusão do ato para a parte que der causa.

### **Art. 10**

V – tenha atuado na Sindicância, em caso de PAD; e tenha atuado no processo originário, em caso de revisão; caso versem ambas as hipóteses sobre o mesmo objeto;

...

§ 3º Quando a arguição de impedimento recair sobre o Presidente da Comissão Processante, esta deverá ser decidida pelo titular da Administração Pública responsável pela gestão de pessoal, após parecer pelo Procurador Municipal designado do Cartório Disciplinar.

...

## **TÍTULO III – DAS NORMAS DE CONDUTA**

### **CAPÍTULO I - DOS DEVERES**

### **Art. 13**

...

XXVI – estar em dia e cumprir com as leis, regulamentos, resoluções, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções;

XXVII - observar e cumprir as orientações e diretrizes estabelecidas em parecer normativo, ou enunciado de súmula administrativa;

XXVIII – manter regular e em dia o seu registro no respectivo órgão de classe, licença, ou Carteira Nacional de Habilitação, quando se referir diretamente à função pública que exerce.

§ 1º A violação do inciso XXVIII desse artigo, por motivo injustificado, constitui infração de natureza grave, na forma do art. 26, III e § 3º desta Lei.

### **Capítulo III – DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 21.** A responsabilidade administrativa não exclui as sanções civis e penais, sendo independentes entre si.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

...

## **TÍTULO IV – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES**

### **Capítulo – I – DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR**

#### **Seção I – Das Infrações Disciplinares e sua Graduação**

#### **Art. 26**

...

**§ 4º** Consideram-se infrações de natureza gravíssima, dentre outras previstas na legislação vigente:

- a) A conduta funcional que envolva a prática de crime tipificado na legislação penal;
- b) A conduta de crime doloso que não envolva a atividade funcional, cuja condenação se der em pena de reclusão em regime inicial fechado.
- c) A prática de conduta definida como ato de improbidade administrativa nos termos da legislação aplicável à espécie;
- d) Ofensa física em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- e) Transgressão dolosa dos incisos VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XXI, e XXII do art. 17 desta lei;
- f) A reincidência em prática de infração de natureza grave, dentro do período de dois anos;
- g) A prática de infração disciplinar de natureza grave, durante a fase de avaliação em estágio probatório, na forma da Lei;

**Art. 27.** Para os efeitos da aplicação da alínea "b" do § 4º do artigo anterior, não será necessário o trânsito em julgado da respectiva ação penal para os casos com prisão decretada.

...

#### **Art. 34**

**Parágrafo único.** Com exceção dos casos exclusivamente previstos nos incisos I, II e III do "caput", a eventual solicitação de exoneração pelo servidor processado durante o





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

trâmite do procedimento disciplinar que envolva a penalidade de demissão, não impede o andamento do processo disciplinar até o seu desfecho final, devendo, conforme o caso, a solicitação de exoneração ser convertida em penalidade de demissão.

...

**Art. 36-A** Nos processos que envolvam a sanção disciplinar de demissão, haverá obrigatoriamente o exame da legalidade dos atos processuais, a ser apreciado por parecer jurídico de Procurador Municipal, designado para atuar no Cartório Disciplinar, antes da confecção do relatório final pela comissão e da decisão pela autoridade competente.

Parágrafo único. Caso detectado algum vício de legalidade, o Procurador mediante parecer fundamentado, devolverá os autos à Comissão Processante recomendando o devido saneamento.

...

### **TITULO V – DO PROCESSO**

#### **Capítulo I – DAS NORMAS GERAIS**

##### **Seção I – Das partes da relação processual disciplinar e de sua representação**

**Art. 50** A defesa por defensor dativo é um direito do servidor processado com renda mensal de até três salários mínimos e deve ser requerida pelo processado no primeiro ato, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após ciência da citação no processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Após o prazo referido no *caput*, caso o servidor processado não efetive o requerimento, presume-se renúncia à escolha de defensor privado, sendo-lhe atribuído defensor *ad hoc*.

**Art. 51** Nos casos de *revelia* do servidor processado, o Presidente da Comissão Disciplinar designará obrigatoriamente um defensor dativo para o ato, com a finalidade de preservar o contraditório e a ampla defesa, o qual poderá realizar a defesa por negativa geral, na forma da legislação processual vigente.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

§ 1º A atividade de defensor dativo deverá ser realizada por Advogado conveniado com a Defensoria Pública, ou por servidor efetivo com inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil, nomeado *ad hoc* pelo Presidente da Comissão Disciplinar.

...

**Art. 54** Quando se tratar de servidor efetivo designado para a atividade de defensor, este perceberá gratificação pela função no valor equivalente aos membros de comissão, previsto no Art. 8º, parágrafo único, desta Lei.

**Parágrafo único. (revogado)**

### **Art. 55**

Parágrafo único. As comunicações dos atos processuais, bem como as petições e as manifestações da defesa, devidamente assinadas, poderão ser enviadas por meio eletrônico, devendo a defesa ou a parte interessada, para tanto, disponibilizar seu endereço eletrônico na sua primeira manifestação ou no corpo da procuração, bem como confirmar, de forma expressa e imediata, o recebimento das citações, notificações e intimações enviadas pelo Cartório Disciplinar, sob pena de revogação de tal benefício.

**Art. 56** Os atos das apurações disciplinares deverão ser produzidos por escrito, com data e local de sua realização e a assinatura do servidor público responsável por sua prática.

§ 1º Os atos e procedimentos disciplinares poderão ser realizados em processo eletrônico, em sistema de informação oficial da Administração, preservando-se o caráter sigiloso, com acesso restrito às partes.

§ 2º As audiências e reuniões de natureza disciplinar no âmbito da Municipalidade poderão ser realizadas na forma virtual ou presencial, por meio de gravação em áudio e vídeo, dispensando a formalidade prevista no "caput".





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

§ 3º As audiências e reuniões disciplinares a que se refere este artigo serão gravadas na íntegra e destinadas exclusivamente ao processo referente, mantida a natureza sigilosa do procedimento disciplinar, na forma da Lei, ficando à disposição das partes.

§ 4º Durante a realização das audiências é proibida a realização de gravações paralelas pelas partes, os celulares e demais aparelhos eletrônicos que deverão permanecer desligados durante a sua realização, para a preservação dos direitos das partes envolvidas.

...

**Art. 66.** Nos prazos previstos nesta Lei contar-se-ão apenas os dias úteis, sendo em dobro para manifestações pela Administração direta ou indireta, Autárquica e Fundacional.

...

### **CAPÍTULO II – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

#### **Seção I – Das citações**

##### **Art. 74 .**

VII - a indicação do direito de constituição de um advogado, e a advertência dos efeitos da revelia;

...

##### **Art. 80**

Parágrafo único. Nos processos disciplinares em que tiver Advogado ou Defensor constituído, as publicações das intimações na Imprensa Oficial do Município deverão conter obrigatoriamente o nome do Advogado e o número de sua inscrição na OAB, sob pena de nulidade do ato.

...

**Art. 96** Como regra, poderá a parte arrolar, no máximo, 03 (três) testemunhas que tenham presenciado ou que tenham ciência do fato narrado na representação, justificando a pertinência.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

Parágrafo único. Excepcionalmente, as testemunhas acima poderão ser excedidas ou substituídas, quando a testemunha remeter a outra durante seu depoimento, caso em que o Presidente da Comissão Processante entender que ela possa contribuir de forma relevante para o esclarecimento da verdade dos fatos.

...

**Art. 116** A representação será formulada por escrito, devendo ser encaminhada diretamente ao Secretário Municipal da pasta para análise e providências.

### **DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

..

**Art. 117-A.** O juízo de admissibilidade é o ato administrativo por meio do qual a autoridade competente verifica os requisitos para andamento de procedimento disciplinar e decide, de forma fundamentada:

- I – pelo arquivamento da denúncia, de representação ou de relato de irregularidade;
- II – pela apuração preliminar, a ser realizada dentro da própria pasta, com servidor designado para a realização do ato;
- III – pela instauração de Sindicância, a ser realizada por Comissão, dentro da própria Secretaria onde ocorreu os fatos, com a supervisão do Cartório Disciplinar;
- IV – pela instauração de processo administrativo disciplinar;
- V – pelo acolhimento, ou não, de Recurso ou de pedido de reconsideração;
- VI – pelo acolhimento, ou não, do Pedido de Revisão;

§ 1º O juízo de admissibilidade será apreciado pelo Secretário Municipal, ou servidor designado por ele, nos feitos disciplinares que tramitarem em sua pasta, e pelo Procurador Municipal designado para atuar no o Cartório Disciplinar, nos demais casos, para posterior decisão pela Autoridade titular da Administração de pessoal.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

§ 2º As denúncias, as representações ou os relatos que noticiem a ocorrência de suposta infração disciplinar deverão ser objeto de juízo de admissibilidade que avalie a existência de indícios que justifiquem a sua apuração, bem como a espécie de procedimento investigativo ou processo disciplinar cabível.

§ 3º A denúncia ou representação que não contiver os indícios mínimos que possibilitem a sua apuração será motivadamente arquivada.

**Artigo 121** São procedimentos administrativos disciplinares em espécie:

- I - apuração preliminar;
- II – procedimento hierárquico;
- III – sindicância;
- IV – processo administrativo disciplinar;
- V – processo de abandono de cargo e inassiduidade habitual pelo rito sumário;
- VI – processo de acúmulo de cargo pelo rito sumário.

### **DA APURAÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 121-A** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a tomar providências objetivando a apuração dos fatos e responsabilidade.

§ 1º Decidindo a autoridade sobre o andamento de apuração preliminar, esta será realizada por servidor designado pela autoridade instauradora, com início logo em seguida ao conhecimento dos fatos e serão tomadas na unidade onde estes ocorreram por determinação do respectivo, devendo consistir, no mínimo, em relatório circunstanciado, sobre o que se verificou.

§ 2º Na apuração poderão ser realizadas as seguintes diligências para esclarecimento dos fatos:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

- I- exame inicial das informações e das provas existentes no momento da ciência dos fatos;
- II – realização de diligências e oitivas;
- III – produção de informações necessárias para averiguar a procedência da representação ou da denúncia;
- IV – manifestação conclusiva e fundamentada que indique o cabimento de instauração de procedimento disciplinar, ou de arquivamento do feito.

§ 3º As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 4º Quando o fato não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a representação será arquivada, por falta de objeto.

### **DO RITO SUMÁRIO**

**Art. 132.** O processo administrativo disciplinar pelo rito sumário será instaurado para apuração de infrações disciplinares que envolvam:

- I- abandono de cargo,
- II - inassiduidade habitual,
- III - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas,
- IV – acumulação ilícita de proventos de aposentadoria com remuneração do cargo, emprego ou função pública e
- V – aplicação da penalidade de suspensão até 30 (trinta) dias.

**Art. 133** O procedimento sumário desenvolver-se-á nas seguintes fases:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

- I – instauração, com a publicação da Portaria instauradora, na forma do art. 118 desta Lei;
- II – instrução sumária, que compreende indiciamento, defesa e relatório; e
- III – julgamento.

§ 1º No ato de instauração, a indicação da autoria dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a indicação da materialidade, pela descrição da conduta.

§ 2º A comissão lavrará termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o § 2º, bem como promoverá a citação do servidor processado, na forma dos artigos 74 a 78 desta Lei, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§ 3º Nos processos que envolvam o rito sumário, antes do relatório conclusivo, a Comissão encaminhará os autos ao Procurador Municipal designado no Cartório Disciplinar, o qual tomará ciência e se manifestará sobre a legalidade da instrução processual.

§ 4º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou a responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da conduta em exame, indicará o respectivo dispositivo legal, sugerindo a penalidade aplicável e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 5º No que couber, aplicam-se subsidiariamente ao procedimento sumário as disposições do procedimento ordinário.

### **DO RITO ORDINÁRIO**

#### **Art.141**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

§ 1º O processado poderá antecipar a sua defesa prévia, apresentando-a em até 10 (dez) dias úteis após a citação, apontando todas as provas que pretende produzir, e requerendo que seja redirecionado o seu interrogatório para a parte final da instrução do processo, antes da apresentação das alegações finais de defesa.

§ 2º Expirando-se o prazo acima sem manifestação do processado, a audiência de interrogatório e a defesa prévia serão realizados na forma do "caput" do art. 141, devendo o acusado apontar na defesa prévia todas as provas que pretende produzir.

...

**Art. 143.** Caso seja realizada a audiência a que se refere o inciso V, do artigo 140, ou após o interrogatório na hipótese do § 1º, do Art. 141, a defesa sairá dela intimada para a apresentação de suas alegações finais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único. Nos processos que envolvam o rito ordinário, após as alegações finais e antes do relatório conclusivo, a Comissão encaminhará os autos ao Procurador Municipal designado no Cartório Disciplinar, o qual tomará ciência e se manifestará sobre a legalidade da instrução processual.

...

### **DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

**Art. 155.** O afastamento preventivo ocorrerá pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração, excetuando-se eventuais vantagens pecuniárias de natureza transitória.

...

### **DO DIREITO DE RECURSO**





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

**Art. 160.** Das decisões proferidas nas apurações disciplinares previstas nesta Lei caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Portaria de aplicação da sanção disciplinar.

...

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 168.** Os servidores integrantes da estrutura disciplinar da Municipalidade, além de preencher os requisitos desta Lei, deverão ter reputação ilibada e não possuir antecedentes disciplinares ou criminais, e ter o tempo de exercício em atividade disciplinar exigido em lei, devendo ser atestado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

**Art. 169.** Aos processos e sindicâncias de competência da Corregedoria da Guarda Civil Municipal, aplica-se o disposto nas legislações específicas, e subsidiariamente, as normas gerais deste Código."

### **"CAPÍTULO X**

#### **DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINARES – SUSPAD**

**Art. 170.** Fica instituída, no âmbito da administração pública municipal, a Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar - SUSPAD.

Parágrafo único. A Suspensão do Processo Administrativo Disciplinar - SUSPAD é mecanismo consensual que visa à composição da Administração Pública com seus servidores e poderá ser aplicado também no âmbito de sindicância.

**Art. 171.** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público tomará medidas necessárias à promoção de sua imediata apuração.

Parágrafo único. Quando o ato atribuído ao servidor for definido como crime de ação pública incondicionada, o responsável pela repartição dará imediato conhecimento da ocorrência à Procuradoria-Geral do Município, que providenciará a devida comunicação à autoridade competente, para as providências cabíveis.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

**Art. 172.** Nas infrações disciplinares, a Procuradoria Geral do Município, no momento da instauração do processo administrativo disciplinar ou da sindicância a que se refere o Título III desta Lei, poderá propor sua suspensão pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, conforme a gravidade da falta, e desde que o servidor não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos cinco anos.

§ 1º Aceita a proposta, a Procuradoria-Geral do Município especificará as condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do servidor, incluída a reparação do dano, se houver.

§ 2º A suspensão poderá ser revogada se, no curso de seu prazo, o beneficiário vier a ser condenado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas na forma do § 1º, prosseguindo-se, nestes casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.

§ 3º Expirado o prazo da suspensão e cumprindo o beneficiário as suas condições, a Procuradoria Geral do Município declarará extinta a punibilidade.

§ 4º O beneficiário da SUSPAD fica impedido de gozar o mesmo benefício durante o seu curso e durante o dobro do prazo da suspensão, contado a partir da declaração de extinção da punibilidade, na forma do parágrafo anterior.

§ 5º Ficam suspensos os prazos prescricionais durante o cumprimento da SUSPAD.

§ 6º Não se aplica o benefício previsto no caput deste artigo:

I - às infrações disciplinares que ensejam a aplicação das penalidades de demissão, cassação da complementação de aposentadoria ou da disponibilidade;

II - às infrações disciplinares que correspondam a fatos típicos enquadrados como infrações penais cuja pena mínima seja superior a 1 (um) ano;

III - às infrações disciplinares que correspondam a atos de improbidade administrativa; e

IV - nos casos de abandono do cargo, emprego ou função.

§ 7º Fica a cargo do Poder Executivo Municipal a expedição de normas complementares necessárias à aplicação deste dispositivo.

§ 8º O benefício referido nesse capítulo aplica-se às sindicâncias e aos procedimentos administrativos disciplinares em curso."



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

- Estado de São Paulo

*Gabinete do Prefeito*

**Art. 173.** Esta lei entra em vigor da data da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, 24 de março de 2025.

**DANIEL PLANA BOGALHO**

*Prefeito*